

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA CAPITALISTA

Cândido Ferreira da SILVA FILHO¹

RESUMO

Discute as relações controversas entre Estado e Economia. A intervenção governamental na economia é analisada à luz da teoria econômica de Adam Smith, Keynes e do neoliberalismo.

Termos para indexação: Estado. Intervencionismo. Capitalismo.

ABSTRACT

It discusses the controversial relationships between State and Economy. The government intervention in the economy is analyzed to the view of Adam Smith's economical theory, Keynes and of the neoliberalism.

Index terms - State. Interventionism. Capitalism.

A teoria econômica, inspirada em Adam Smith, entende que, em condições de concorrência e sem a intervenção do Estado, a economia funciona com maior eficiência. Isto é, a intervenção do governo na economia nem sempre contribui para a estabilidade, melhoria da alocação de recursos e distribuição de renda mais justa.

Em uma economia na qual predomina a concorrência, os produtores e consumidores, individualmente, não exercem influência sobre os preços e o mercado. Os preços orientam as

decisões dos agentes econômicos. Em outros termos, os produtores oferecem os bens e serviços que *melhor* correspondam à procura dos consumidores.

Por conseguinte, de acordo com a teoria do livre mercado, o sistema econômico tende a um equilíbrio natural com pleno emprego dos fatores de produção. A economia é regida por *leis naturais*, auto-reguladoras, que geram a harmonia social. Portanto, não há necessidade de intervenção do Estado no livre mercado.

⁽¹⁾ Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA - PUC-Campinas). Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP). Economista.

Todavia, a *Grande Depressão* dos anos 30 se encarregou de demonstrar que o sistema capitalista não estava sujeito a mecanismos de ajuste automático e equitativo. No plano teórico, coube ao inglês John Maynard Keynes mostrar que o capitalismo de livre mercado não garante o equilíbrio de pleno emprego.

Contrariamente aos economistas clássicos, Keynes afirmava que o Estado poderia intervir na economia de mercado com o propósito de sustentar e regularizar a atividade econômica. Para tanto, deveria fazer uso das políticas fiscal e monetária.

O autor inglês justificou, teoricamente, a necessidade de transição do capitalismo de livre mercado para o capitalismo de economia mista. Neste sistema o Estado assume os papéis de administrador da demanda efetiva e do bem-estar social e de promotor do investimento.

A partir de então, em boa parte do mundo, o Estado intensificou sua intervenção na economia, assumindo a responsabilidade pela promoção do crescimento econômico, associado a uma distribuição de renda mais equitativa.

Na América Latina, regra geral, verificamos a intervenção crescente do Estado na economia, tanto em termos de regulação, como de investimento estatal direto no setor industrial. Além disso, para favorecer a industrialização, foram adotadas políticas protecionistas.

Entretanto, na década de 70, a crise do modelo econômico do pós-guerra, caracterizada por inflação, estagnação econômica e déficit público, permitiu que ganhasse prestígio a denominada doutrina neoliberal. Friedrich Hayek e Milton Friedman, expoentes do pensamento neoliberal, sugeriram que a intervenção do Estado na economia era uma ameaça à

liberdade política e econômica. Daí, as recomendações para redução do tamanho do Estado, desregulamentação e liberalização da economia, como a privatização das empresas estatais, ganharem força a partir de então.

De acordo com os neoliberais, o mercado livre assegura a estabilidade econômica, pois promove o pleno e eficiente aproveitamento dos recursos produtivos, bem como uma justa distribuição da renda.

Do ponto de vista político, podemos afirmar que, dos anos 70 para cá, transitamos de um Estado intervencionista, preocupado em implementar políticas que contribuíssem para o aumento do bem-estar social, para uma realidade na qual a intervenção estatal deve ser reduzida, devendo os agentes econômicos se guiarem pelas regras de mercado.

A conclusão é que, embora os clássicos e neoliberais defendam a idéia de uma economia auto-regulável, contraditoriamente, admitem que a presença do Estado na economia é fundamental para assegurar, entre outras coisas, as condições necessárias para o funcionamento da concorrência, corrigir as falhas do mercado, bem como para garantir a manutenção da ordem social, favorecendo o processo de acumulação capitalista. Keynes, entendia que o Estado devia ser o regulador da instabilidade econômica. Todavia, não existe neutralidade na intervenção do Estado na economia. A intervenção do Estado cria incentivos para que grupos dentro do setor privado se organizem para se apropriar dos benefícios decorrentes das políticas governamentais, o que limita o próprio poder do Estado. Por conseguinte, as relações entre Estado e Economia permanecem controversas.